

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2025**

**CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de decoração natalina, envolvendo locação e aquisição de itens decorativos, compreendendo instalação, montagem, manutenção preventiva/corretiva e desmontagem, conforme quantitativos e especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 380.116,26 (trezentos e oitenta mil, cento e dezesseis Reais e vinte e seis centavos).

**INÍCIO REC. PROPOSTA:** 21/11/2025 08:00h

**FIM REC. PROPOSTA:** 04/12/2025 07:00h

**INÍCIO DISPUTA:** 04/12/2025 09:00h

**TIPO DE LANCE:** MENOR LANCE

**TIPO ENCERRAMENTO:** ABERTO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA (DF)

**Local:** Plataforma BLL Compras – <https://bll.org.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** [menor preço global]

**MODO DE DISPUTA:** [aberto]

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**SUMÁRIO:**

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
8. DOS RECURSOS .....	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

**MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2025**

A Prefeitura Municipal de Porto Murtinho – MS, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 15.110 de 17 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de decoração natalina, envolvendo locação e aquisição de itens decorativos, compreendendo instalação, montagem, manutenção preventiva/corretiva e desmontagem, conforme quantitativos e especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I.

1.1.1. As especificações constantes no Termo de Referência constituem requisitos mínimos, admitindo-se fornecimento com características superiores, desde que preservada a funcionalidade, segurança e qualidade exigidas pela Administração.

1.2. Todos os materiais, estruturas, cabos, acessórios, conectores, suportes, mão de obra técnica e equipamentos necessários à execução deverão ser fornecidos pela contratada.

1.3. O julgamento será pelo critério **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO**.

**JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação prevê locação e aquisição de itens natalinos porque:

a) a locação é mais econômica para itens de grande porte, uso exclusivamente sazonal, e que exigem armazenamento e manutenção incompatíveis com a estrutura municipal;

b) a aquisição é vantajosa apenas para itens de menor valor e de uso permanente, que podem ser reaproveitados em outras ações culturais, reduzindo gastos futuros;

c) a solução híbrida promove eficiência, economicidade e planejamento, nos termos do art. 11 da Lei 14.133/2021, evitando despesas desnecessárias, garantindo padronização visual e atendendo às diretrizes culturais e turísticas do Município.

A solução adotada observa os princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, garantindo contratação adequada, proporcional e alinhada ao interesse público.

**2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

2.1. Os prazos máximos para execução seguirão o Termo de Referência:

- a) Instalação completa dos itens: até 12/12/2025
- b) Manutenções preventivas e corretivas: até 19/12/2025
- c) Desmontagem de 20/01/2026 às 08h00 até 24/01/2026 às 19h00

2.2. A contratada deverá garantir equipe disponível durante o período de exposição para manutenção imediata em caso de falhas, danos, intempéries ou defeitos.

### **3. DO CONHECIMENTO PRÉVIO DO OBJETO (SEM VISTORIA OBRIGATÓRIA)**

3.1. A realização de vistoria técnica não será obrigatória, ficando a licitante responsável por obter todas as informações necessárias para a formulação da proposta, inclusive mediante visitas voluntárias aos locais, caso entenda necessário.

3.2. A apresentação da proposta implicará o pleno conhecimento das condições existentes e a aceitação integral das especificações contidas no Termo de Referência.

3.3. Eventuais erros de avaliação, omissões ou dificuldades decorrentes do não reconhecimento prévio dos locais não eximirão a contratada de cumprir integralmente o objeto, sem ônus adicional ao Município.

### **4. DO CREDENCIAMENTO:**

4.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral que habilita o interessado a participar do Pregão Eletrônico, devendo ser realizado diretamente na plataforma BLL COMPRAS.

4.1.1. O cadastro deverá ser efetuado no sítio eletrônico <https://bll.org.br>, mediante utilização de certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, em nome da licitante ou de seu representante legal.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral da licitante pelas transações realizadas em seu nome, pressupondo-se sua plena capacidade técnica e operacional para uso da plataforma e para participação no certame.

4.3. A licitante será exclusiva e formalmente responsável pelas propostas, lances e demais atos praticados mediante suas credenciais de acesso, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município qualquer responsabilidade por uso indevido de senha ou chave de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão comprovar o enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI).

4.4.1. A comprovação do enquadramento será realizada mediante apresentação de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Declaração de Enquadramento validada pela Junta Comercial, com emissão há no máximo 60 (sessenta) dias.

4.4.2. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração emitida pela Junta Comercial.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

5.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico aquelas licitantes que estiverem previamente credenciadas na Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br/>) e que atendam integralmente às exigências deste Edital e de seus anexos.

5.1.1. O acesso ao sistema será realizado mediante login e senha, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o uso adequado de suas credenciais.

5.2. Empresas em Recuperação Judicial ou Extrajudicial

5.2.1. As empresas em Recuperação Judicial ou Extrajudicial deverão apresentar, em seus cadastros ou na fase de habilitação, a certidão de concessão ou a homologação do plano, conforme o caso.

5.2.2. A apresentação da certidão de concessão de Recuperação Judicial não dispensa a comprovação de todos os demais requisitos habilitatórios, inclusive os econômico-financeiros, garantindo igualdade de condições entre os licitantes.

5.3. Impedimentos de Participação

Não poderão participar desta licitação:

5.3.1. Licitante que não atenda às condições deste Edital ou de seus anexos.

5.3.2. Autor de anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo relacionado a esta contratação, pessoa física ou jurídica.

5.3.3. Empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista detentor de mais de 5% das ações com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre bens ou serviços necessários àquele projeto.

5.3.4. Pessoas físicas ou jurídicas que estejam impedidas de licitar ou contratar com o Poder Público, em razão de penalidade administrativa ou decisão judicial.

5.3.5. Pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes ou agentes públicos que atuem na licitação, gestão ou fiscalização do contrato, inclusive parentes até o terceiro grau.

5.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, conforme Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

5.3.7. Pessoa física ou jurídica condenada, com trânsito em julgado nos últimos 5 anos, por:

- a) exploração de trabalho infantil;
- b) submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo; ou
- c) contratação de adolescentes em situações proibidas.

5.3.8. Agente público do órgão ou entidade contratante.

5.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

5.3.10. Pessoa física ou jurídica que configure situação de conflito de interesses, nos termos do art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### 5.4. Burlas e Substituições Fraudulentas

O impedimento previsto no item 5.3.4 aplica-se também a licitante que atue em substituição ou representação de pessoa ou empresa penalizada, incluindo controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o intuito de burlar a sanção ou a personalidade jurídica.

#### 5.5. Participação Técnica Excepcional

O autor de projetos e empresas mencionadas nos itens 5.3.2 e 5.3.3 poderão atuar exclusivamente no apoio técnico à Administração no planejamento, execução ou gestão do contrato, sem participação na licitação, e somente sob supervisão de agentes públicos, conforme art. 9º da Lei 14.133/2021.

#### 5.6. Grupo Econômico

São equiparadas aos autores do projeto as empresas que integrem o mesmo grupo econômico.

#### 5.7. Exceção – Contratação Integrada

O disposto nos itens 5.3.2 e 5.3.3 não impede licitação ou contratação em regime integrado, quando o projeto básico ou executivo seja encargo do contratado, conforme Lei nº 14.133/2021.

#### 5.8. Programas com Financiamento Internacional

É vedada a participação de pessoa física ou jurídica sancionada por organismos internacionais financiadores de programas eventualmente vinculados ao objeto.

#### 5.9. Extensão das Restrições

As vedações previstas para agente público (item 5.3.8) estendem-se também a:

- integrantes da equipe de apoio;
- consultores ou profissionais especializados;
- funcionários ou representantes de empresas que prestem assessoria técnica ao órgão.

#### 5.10. Proibição Específica

É vedada a participação de empresa que tenha elaborado o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar ou realizado a pesquisa de preços deste processo, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

### 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO PREENCHIMENTO NO SISTEMA

6.1. A proposta deverá ser apresentada exclusivamente no sistema BLL Compras, em formulário eletrônico próprio, devendo conter obrigatoriamente:

- a) Preço global do lote, conforme critério de julgamento definido no item 1.3 deste Edital;
- b) Preços unitários por item, conforme modelo constante do Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

c) Prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública;

d) Declaração de que os preços apresentados incluem todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, materiais, insumos, estrutura, equipamentos, transporte, deslocamento, instalação, manutenção, desmontagem, frete, seguros, garantia e quaisquer outras despesas necessárias ao perfeito e integral cumprimento do objeto;

e) Confirmação de que os valores estão em plena conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência – Anexo I.

6.2. O envio da proposta implicará aceitação integral e irrevogável das condições estabelecidas neste Edital e anexos.

6.3. A proposta deverá ser formulada de maneira clara, objetiva e completa, não sendo admitidas alterações após o encerramento do envio, exceto quando solicitado pelo pregoeiro durante a fase de negociação.

6.4. Serão desclassificadas:

- a) propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;
- b) propostas que deixarem de contemplar qualquer dos itens obrigatórios;
- c) propostas que contrariem especificações técnicas ou disposições deste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3.1. É condição básica para a fase de habilitação que a licitante apresente os documentos relacionados nos itens seguintes, os quais, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, podem ser apresentados em cópia simples, sem necessidade de autenticação.

### **7.3.1.1. Habilitação Jurídica**

A comprovação da habilitação jurídica consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados, no caso de sociedade empresária;
- c) Ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício, no caso de sociedade por ações;

- d) Ato constitutivo e alterações no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade simples;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização de funcionamento, quando a atividade assim o exigir, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil;
- f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de MEI.

#### 7.3.1.2. Regularidade Fiscal

A comprovação da regularidade fiscal consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- b) Certidão conjunta negativa, ou positiva com efeitos de negativa, relativa a **Tributos Federais** e Dívida Ativa da União, abrangendo também a Seguridade Social (INSS);
- c) **Certidão Negativa de Débitos**, ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa ao ISSQN e demais tributos municipais, emitida pelo **Município** sede da licitante, ou Certidão de Não Contribuinte;
- d) Certificado de Regularidade **do FGTS** – CRF.

#### 7.3.1.3. Regularidade Trabalhista

Apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (CNDT), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

#### 7.3.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá na apresentação de:

- a) **Certidão Negativa de Falência**, Recuperação Judicial, Liquidação Judicial ou Execução Patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade indicado na certidão ou expedida há menos de 60 (sessenta) dias;
- b) Em caso de apresentação de Certidão Positiva de Recuperação Judicial, deverá ser apresentada certidão específica emitida pela instância judicial competente, certificando a aptidão econômica e financeira da empresa para participar do presente certame. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

#### 7.3.1.5. Qualificação Técnica

A licitante deverá apresentar obrigatoriamente:

- a) **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços similares ou superiores em complexidade;
- b) A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) responsável técnico pela montagem da infraestrutura, que esteja devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (**CREA**) ou O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (**CAU**).
- c) **ART/RRT** do responsável técnico;
- d) **Comprovação de vínculo** entre o responsável técnico (RT) e a empresa.

7.4. Caso a fase de habilitação anteceda a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, na forma e no prazo estabelecidos no item 7.2.



#### 7.5. Declarações

7.5.1. O licitante deverá apresentar **Declaração Unificada**, assegurando o atendimento às condições de habilitação e às exigências deste Edital e seus anexos, conforme modelo constante do **ANEXO V**.

Observação: A pessoa que assinar a declaração deverá possuir poderes de representação, os quais serão verificados durante a habilitação.

7.5.2. Sendo a licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar Declaração de Enquadramento, conforme **ANEXO IV, devidamente assinada pelo responsável da empresa e pelo contador com indicação do Conselho Profissional (CRC)**.

7.6. O licitante organizado na forma de cooperativa deverá declarar, no sistema, que cumpre os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. O licitante enquadrado como ME, EPP ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49, observado o art. 4º, §§1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7.1. Nos itens exclusivos para ME/EPP, a marcação do campo “NÃO” impedirá a participação.

7.7.2. Nos itens não exclusivos, a marcação do campo “NÃO” apenas impedirá o uso do tratamento favorecido da LC 123/2006.

7.8. A falsidade das declarações previstas nos itens 7.6 e 7.7 sujeitará o licitante às sanções da Lei nº 14.133/2021 e deste Edital.

7.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e/ou os documentos de habilitação previamente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.10. Não haverá ordem de classificação nesta etapa; a classificação ocorrerá somente após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.

7.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase de envio de lances.

#### 7.12. Parametrização Automática de Lances

Desde que a funcionalidade esteja disponível no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo ou percentual máximo de desconto ao cadastrar a proposta, observando:

7.12.1. aplicação do intervalo mínimo entre lances, válido para lances intermediários e para o lance que cobrir a melhor oferta;

7.12.2. envio automático de lances pelo sistema, respeitando o valor final mínimo ou percentual máximo parametrizado.

7.13. A parametrização poderá ser alterada durante a disputa, sendo vedado:

7.13.1. ofertar valor superior a lance próprio já registrado (quando o critério for menor preço);

7.13.2. ofertar percentual de desconto inferior a lance próprio já registrado (quando o critério for maior desconto).

7.14. O valor final mínimo ou percentual máximo parametrizado na forma do item 7.12 terá caráter sigiloso para os demais licitantes e para a Administração, podendo ser acessado apenas pelos órgãos de controle interno e externo.

7.15. O licitante é responsável por acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório, arcando com os ônus decorrentes de sua desconexão ou inobservância das mensagens emitidas pela Administração.

7.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer evento que comprometa o sigilo ou a segurança de suas credenciais, para o imediato bloqueio de acesso.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. valor unitário e valor global do lote;

8.1.2. quantidades cotadas, devendo respeitar integralmente as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

8.2. Todas as especificações técnicas e comerciais informadas na proposta vinculam o licitante para todos os fins.

8.2.1. O licitante não poderá ofertar proposta para quantitativo inferior ao previsto para contratação, vedada a apresentação de valores sem observância dos quantitativos definidos no Termo de Referência.

8.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, administrativos e indiretos, tais como encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, materiais, transportes, seguros, deslocamentos e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto durante a etapa de lances, são de inteira responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer modificação posterior, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimentos variáveis, a cotação deverá considerar a média dos efetivos recolhimentos dos últimos 12 (doze) meses.

8.6. Independentemente da forma de tributação informada na proposta, serão efetuadas retenções na fonte, quando aplicáveis, conforme legislação vigente.

8.7. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão participar beneficiando-se do regime do Simples Nacional, quando enquadradas.

8.8. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições previstas neste Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, obrigando-se o proponente a executar o objeto conforme especificações, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários, substituindo-os sempre que solicitado pela Administração.

8.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

8.9. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência e demais normas de regência aplicáveis às contratações públicas.

8.10. Caso o critério de julgamento adotado seja o de maior desconto, o valor resultante da aplicação do desconto ofertado deverá, obrigatoriamente, respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. A abertura da presente licitação ocorrerá automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor registrado.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para início da sessão e as regras definidas neste Edital.

9.7. O licitante somente poderá apresentar lance de valor inferior ao seu último lance registrado ou percentual de desconto superior ao anteriormente ofertado.

9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance no intervalo de quinze segundos após seu registro, quando se tratar de lance inconsistente ou inexecutável.

9.9. O procedimento seguirá o modo de disputa estabelecido no Edital.

9.10. Modo de Disputa “Aberto”

9.10.1. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada sempre que houver lance apresentado nos últimos 2 (dois) minutos.

9.10.2. A prorrogação será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances no período prorrogado, inclusive lances intermediários.

9.10.3. Não havendo novos lances, o sistema encerrará automaticamente a etapa de lances e divulgará a ordem final de classificação.

9.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença entre esta e a segunda colocada for igual ou superior a 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para definição das demais colocações.

9.10.5. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.11. Modo de Disputa “Aberto e Fechado”

9.11.1. A etapa aberta de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos, seguida de período de fechamento iminente com duração aleatória de até 10 (dez) minutos, durante o qual poderão ser apresentados novos lances.

9.11.2. Encerrado o período de fechamento iminente, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os licitantes com ofertas até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado, no prazo de 5 (cinco) minutos, sendo este sigiloso até o encerramento.

9.11.3. O licitante poderá manter o último lance da etapa aberta ou ofertar lance final melhor.

9.11.4. Caso não haja ao menos três ofertas dentro do limite de 10%, serão chamados os licitantes subsequentes até o total de 3 (três) participantes.

9.11.5. Encerrada a etapa fechada, o sistema divulgará a classificação final por ordem crescente de valores.

9.12. Modo de Disputa “Fechado e Aberto”

9.12.1. Participarão da etapa aberta apenas o autor da melhor proposta e os licitantes que apresentarem propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela.

9.12.2. Se não houver ao menos 3 (três) propostas dentro desse intervalo, serão convocados os autores das três melhores propostas, consideradas as empatadas, para a etapa aberta.

9.12.3. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, com prorrogação automática de 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos 2 minutos.

9.12.4. Não havendo novos lances, a sessão será encerrada automaticamente e o sistema divulgará a classificação final.

9.12.5. Se a diferença entre a melhor proposta e a segunda colocada for igual ou superior a 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para definição das demais colocações.

9.12.6. Após o reinício previsto, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.13. Critérios gerais de ordenação

Após o encerramento da etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará automaticamente os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele registrado primeiro.

9.15. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.16. Desconexão do Pregoeiro

9.16.1. Em caso de desconexão do Pregoeiro, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.

9.16.2. Persistindo a desconexão por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após 24 horas, mediante aviso publicado no sistema.

9.17. Propostas sem lances

O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor da proposta cadastrada.

9.18. Benefícios ME/EPP – Empate Ficto

9.18.1. Em itens não exclusivos para ME/EPP, encerrada a etapa de lances, o sistema verificará automaticamente o porte da empresa junto à Receita Federal.

9.18.2. Serão consideradas empatadas as ME/EPP com propostas até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta.

9.18.3. A ME/EPP melhor classificada dentro da faixa poderá apresentar última oferta, em até 5 minutos, obrigatoriamente inferior à primeira colocada.

9.18.4. Havendo desistência ou falta de manifestação, serão convocadas as demais ME/EPP da faixa de 5%.

9.18.5. Em caso de equivalência entre ME/EPP dentro da faixa, será realizado sorteio.

9.19. Desempate por critérios da Lei nº 14.133/2021

9.19.1. Persistindo o empate, serão aplicados, nesta ordem, os critérios do art. 60 da Lei nº 14.133:

- a) disputa final;
- b) desempenho contratual prévio;
- c) ações de equidade entre homens e mulheres;
- d) programa de integridade.

9.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessiva a bens e serviços ofertados por:

- a) empresas do Estado;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento;
- d) empresas com práticas de mitigação climática.

9.20. Negociação

9.20.1. Encerrada a etapa competitiva, caso o melhor lance esteja acima do preço máximo admitido ou abaixo do desconto mínimo exigido, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

9.20.2. Se o primeiro colocado permanecer acima do preço máximo após negociação, o Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação.

9.20.3. A negociação será realizada pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado no sistema.

9.20.5. O licitante mais bem classificado deverá enviar, em até 2 (duas) horas, a proposta final ajustada ao último lance e documentos complementares, quando solicitados.

9.20.6. O Pregoeiro poderá prorrogar o prazo mediante solicitação fundamentada do licitante no chat, feita antes do término do prazo.

#### 9.21. Aceitação da Proposta

Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação previstas neste Edital e na legislação aplicável, especialmente quanto à inexistência de sanção impeditiva de licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Controladoria-Geral da União);

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Controladoria-Geral da União).

10.2. A consulta será realizada também em nome dos sócios majoritários da licitante, a fim de verificar possível tentativa de burla ou substituição simulada da personalidade jurídica.

10.3. Caso constem Ocorrências Impeditivas Indiretas na consulta do licitante, o Pregoeiro promoverá diligência para verificação da existência de fraude ou simulação, avaliando vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou demais indícios relevantes.

10.3.1. A tentativa de burla será analisada com base em vínculos societários, coincidência de objetos sociais, padrões de fornecimento e outros elementos pertinentes.

10.3.2. O licitante será previamente convocado para manifestação antes de eventual desclassificação.

10.3.3. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado por ausência de condição de participação.

10.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso verificadas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.5. Caso o licitante provisoriamente classificado tenha usufruído do tratamento favorecido às ME/EPP, o Pregoeiro verificará a regularidade da aplicação do benefício.

10.6. Atendidas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, consistência das especificações e compatibilidade do preço com o valor máximo fixado neste Edital e seus anexos, observado o Decreto Municipal nº 1.197/2023.

10.7. Será desclassificada a proposta que:

- 10.7.1. conter vícios insanáveis;
- 10.7.2. não obedecer às especificações técnicas do Termo de Referência;
- 10.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo estabelecido;
- 10.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- 10.7.5. apresentar desconformidade insanável com exigências deste Edital ou seus anexos.

#### 10.8. Inexequibilidade

10.8.1. Para bens e serviços em geral, considera-se indício de inexequibilidade o valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.8.2. A inexequibilidade somente será reconhecida após diligência do Pregoeiro que comprove, cumulativamente:

- 10.8.2.1. que o custo real do licitante ultrapassa o valor proposto; e
- 10.8.2.2. que inexistem ganhos de oportunidade ou condições específicas que justifiquem o valor ofertado.

10.9. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, poderão ser realizadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

#### 10.10. Planilhas de custos

10.10.1. Caso tenha sido elaborada Planilha de Custos pela Administração, o licitante mais bem classificado será convocado para apresentar sua planilha ajustada ao valor final ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.2. Nos serviços de engenharia, o licitante vencedor deverá apresentar planilhas contendo quantitativos, custos unitários, composição do BDI e Encargos Sociais, conforme modelo da Administração, para compatibilização com o valor final proposto.

#### 10.11. Correções sanáveis na planilha

10.11.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação, podendo ser ajustados pelo licitante no prazo estipulado pelo Pregoeiro, desde que não impliquem majoração do preço final.

10.11.2. O ajuste se limita à correção de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

10.11.3. Considera-se erro passível de correção, por exemplo, a indicação equivocada de regime tributário (como Simples Nacional) quando não aplicável.

#### 10.12. Manifestação técnica

Para fins de análise da proposta quanto ao atendimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada manifestação escrita do setor requisitante ou da área técnica especializada.

### 11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos neste Edital, e, quando couber, no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação poderão ser atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação deverão ser traduzidos por tradutor público juramentado no País e apostilados na forma do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou normativo que venha a substituí-lo, ou ainda consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4. Quando permitida a participação de consórcios, a habilitação técnica, quando exigida, poderá ser atendida pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para fins de habilitação econômico-financeira, pelo somatório dos valores de cada consorciado, conforme previsto no instrumento convocatório.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, observado o disposto neste Edital quanto à aceitação de cópia simples.

11.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e esteja vigente.

11.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante, na forma da lei, pela veracidade das informações prestadas (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.9. A habilitação será verificada, sempre que possível, por meio do sistema BLL, nos documentos por ele abrangidos.

11.9.1. Somente haverá necessidade de apresentação de documentos físicos ou de comprovação por meio dos documentos originais não digitais quando houver dúvida fundada quanto à integridade do documento eletrônico ou quando a lei expressamente o exigir.

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos emissores e ao sistema BLL, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração tão logo identifique incorreções ou desatualizações.

11.10.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante na fase de habilitação.



11.11. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema BLL, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

11.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal exigidos neste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, ressalvadas as hipóteses em que a legislação imponha exigência diversa.

11.12.1. Respeitada a regra do subitem anterior, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, a verificação da regularidade fiscal ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 39, §4º, da IN 73/2022, para:

11.13.1. complementação de informações acerca de documentos já apresentados, desde que necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, com apoio da equipe de apoio ou da área técnica competente, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda integralmente ao Edital, observado o prazo previsto no subitem 11.11.1 para envio da documentação.

11.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante vencedor, após concluídos os procedimentos de julgamento e habilitação.

11.17. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida para fins de contratação, admitida a participação na licitação ainda que haja pendências, observado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

11.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já estiver encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, devidamente motivados e registrados no processo.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da decisão no sistema eletrônico ou da lavratura da ata, conforme o caso.

12.3. Nos recursos que versem sobre julgamento das propostas ou sobre habilitação/inabilitação:

12.3.1. o prazo para apresentação das razões recursais será contado da divulgação da respectiva ata no sistema eletrônico;

12.3.2. na hipótese de inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o prazo recursal será contado da divulgação da ata de julgamento.

**12.4. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente pelo campo próprio do sistema eletrônico da BLL Compras.**

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, no mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior para decisão final.

12.6. Recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso no sistema, assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo limitado ao ato recorrido, até decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos que não possam ser aproveitados, preservando-se aqueles independentes ou compatíveis com a decisão.

12.10. Os autos permanecerão disponíveis para consulta pública pelos interessados no sítio eletrônico: <https://bll.org.br> e [https://www.portomurtinho.ms.gov.br/portal\\_transparencia](https://www.portomurtinho.ms.gov.br/portal_transparencia).

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não apresentar documento solicitado pelo Pregoeiro durante o procedimento;

13.1.2. salvo em caso de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver sua proposta, em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigido;

13.1.2.3. solicitar sua própria desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra quando exigida;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste Edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação necessária à contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou a retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer fase da licitação;

13.1.5. fraudar a licitação;

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou com infração à legislação;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

13.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas aos licitantes ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos causados à Administração Pública;

13.3.5. a existência e o nível de implementação de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% sobre o valor do contrato, devendo ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações descritas nos subitens 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

13.4.2. Para as infrações descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente à sanção de multa.

13.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelas infrações previstas nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelas infrações previstas nos subitens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas dos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 quando justificarem penalidade mais severa.

13.8.1. A sanção vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, observando-se o art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.

13.8.2. A reabilitação somente ocorrerá após ressarcimento integral dos danos e comprovada superação das causas que motivaram a punição.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, conforme subitem 13.1.3, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à perda imediata da garantia de proposta.

13.10. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade demandará a instauração de processo de responsabilização conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa e indicar provas.

13.11. Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da intimação.

13.11.1. O recurso será dirigido à autoridade que aplicou a sanção, que poderá reconsiderar sua decisão em 5 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que decidirá em até 20 (vinte) dias úteis.

13.12. Da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo limitado ao ato recorrido, até decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas nesta Seção não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública.

14.2. Os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

14.3. **As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser formulados exclusivamente por meio eletrônico, no sistema BLL Compras (<https://bll.org.br/>).**

14.4. A Administração disponibilizará a resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimento no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do protocolo, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem automaticamente os prazos da licitação.

14.5.1. A concessão de efeito suspensivo será medida excepcional, devidamente motivada pelo Pregoeiro ou agente de contratação, com registro nos autos do processo.

14.6. Caso a impugnação seja acolhida, total ou parcialmente, será publicada nova data para a realização da sessão pública, assegurada a ampla publicidade aos interessados.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO**

15.1. Após a homologação do certame, havendo requisição da área demandante e autorização da autoridade competente, será firmado o Termo de Contrato, conforme modelo constante do Anexo II, observadas as condições estabelecidas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. O contrato poderá ser assinado em meio físico ou eletrônico, conforme determinação da Administração e disponibilidade do sistema utilizado.

15.2. A contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A Administração poderá prorrogar o prazo previsto no subitem anterior, desde que solicitado pela licitante e devidamente justificado, antes do término do prazo original.

15.2.2. A recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato autorizará a Administração a convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A ata da sessão pública será disponibilizada no sistema eletrônico da BLL Compras, constituindo o registro oficial dos atos praticados durante o certame.

16.2. Não havendo expediente na data prevista para a sessão pública, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça sua realização, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

16.3. O Pregoeiro poderá, mediante justificativa registrada no sistema, remarcar a sessão pública para data e horário distintos, assegurada ampla divulgação aos licitantes.

16.4. Todas as referências de tempo constantes deste Edital, do aviso e da sessão pública observarão o horário oficial de Brasília (DF).

16.5. Em caso de divergência entre informações do sistema eletrônico e as deste Edital, prevalecerão as condições estabelecidas no Edital, mantendo-se como oficiais os atos registrados no sistema.

16.6. As comunicações formais entre licitantes e Pregoeiro durante o procedimento deverão ocorrer exclusivamente pelos canais disponibilizados no sistema eletrônico da BLL Compras, sendo desconsideradas manifestações enviadas por meios informais.

16.7. A homologação do resultado da licitação não implicará direito à contratação, que dependerá de autorização da autoridade competente e disponibilidade orçamentária.

16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a competitividade, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. Os licitantes assumem integralmente os custos relativos à preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por eventuais ônus decorrentes dessa participação, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração.

16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará na desclassificação do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, da competitividade, do julgamento objetivo e do interesse público.

16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças processuais, prevalecerá este Edital.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sistema eletrônico da BLL Compras (<https://bll.org.br/>) e no Portal da Transparência do Município de Porto Murtinho ([www.portomurtinho.ms.gov.br/portal\\_transparencia](http://www.portomurtinho.ms.gov.br/portal_transparencia))

16.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta do Contrato

ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO IV – Declaração ME/EPP

ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada

Porto Murtinho MS, 19 de novembro de 2025.

**PAULO FRANCISCO CARVALHO**  
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em decoração Natalina através de Locação e Aquisição com fornecimento de todo material necessário, instalação, montagem/desmontagem e manutenção para atender o Município de Porto Murtinho MS, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.2 Especificação do Objeto



**Bens e serviços comuns** são aqueles que podem ser objetivamente definidos pelo edital, seguindo especificações usuais de mercado, enquanto **bens e serviços especiais** são aqueles que, devido à sua alta heterogeneidade ou complexidade, não se enquadram na categoria de "comuns".

(X) Natureza Comum





( ) Natureza Especial

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO

2.1 CENÁRIO -1

ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM	UND	QTDE
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ARABESCO DE ANJO; (LARG: 0,90 M, ALT: 2,00 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 5 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. <b>-AVENIDA LARANJEIRA.</b>		Und	18
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA ANJO COM ASAS (ALT: 2,40 M, COMP: 1,50 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.		Und	02






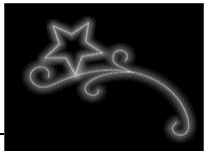
	-MONUMENTO NOSSA SENHORA DE CAACUPÊ.			
3	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ESTRELA COM ESTROBO; (COMP: 0,30 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO.</p> <p>- AVENIDA LARANJEIRA.</p>		Und	05
4	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ESTRELA DUPLA; (COMP: 1,00 M; ALT: 2,60 M), COM ESTRUTURA METÁLICA E FERRO PERFILADO, COM APLICAÇÃO DE MANGUEIRAS LED. CONECTORES, ABRAÇADEIRAS. INCLUINDO FIOS DE LIGAÇÃO 2 X 1,5 MM². SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE DESINSTALAÇÃO.</p> <p>-RUA DR. CORREA</p>		Und	12
5	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ÁRVORE DE NATAL COM ESTRELAS – MEDINDO ENTRE: MÍNIMO: ALTURA 4,50M X 3,35M LARGURA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FORMATO CÔNICO ESPIRAL, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM TUBOS 15X15, 20X20, 20X30, FERROS CHATOS E REDONDOS 3/8 X 1/8, ESMALTE SINTÉTICO; VISUALIZAÇÃO 360º COM EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; CONTORNO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p>ROTATÓRIA DO HOSPITAL - ROTATÓRIA DA AVENIDA LARANJEIRAS E ROTATÓRIA DA RUA 13 DE JUNHO.</p>		Und	02
6	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE CASA DO PAI NOEL DUPLA COM PASSAGEM; (5,60 M X 4,31 M X 1,50M); CASA ESTILIZADA, COM ESTRUTURA DESMONTAVEL			





	<p>SUPERDIMENSIONADA, FEITA EM TUBO E PERFIS METÁLICOS PROTEGIDOS COM ESMALTE SINTÉTICO; VEDAÇÃO E ACABAMENTO VISUAL TODA FEITA EM ACM (ALUMINIUM COMPOSITE MATERIAL), MATERIAL COM CARACTERÍSTICA DE SER LEVE, DURAVEL E PROPORCIONAR UMA FLEXIBILIDADE DE DESIGN, EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO, FIXADOS COM ABRAÇADEIRAS DE NYLON.</p> <p><b>-PRAÇA BERNARDO LOUBET (AVIÃO).</b></p>		Und	01
7	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA ARCO PORTAL; (ALT: 3,10 M, COMP: 1,60 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>-PRAÇA BERNARDO LOUBET (AVIÃO).</b></p>		Und	02
8	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA TAÇA G; (LARG: 1,60 M, ALT: 3,10 M) COM; FIGURA LUMINOSA CHAMPAGNE G (LARG: 0,90 M, ALT: 3,80 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 5 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO.</p> <p><b>-PRAÇA DE EVENTOS JOSÉ BARBOSA COELHO / PREFEITURINHA.</b></p>		Und	01
9	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA CONJUNTO COM A FRASE FELIZ 2026; (ALT: 0,65 M, COMP: 2,90 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p>		Und	01

	- PRAÇA DE EVENTOS JOSÉ BARBOSA COELHO / PREFEITURINHA.			
10	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO FIGURA LUMINOSA MODELO <b>PAPAI NOEL</b> COM VIOLA (COMP: 1,90 M; ALT: 1,10 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. - <b>CINE TEATRO NEY MACHADO MESQUITA</b>		Und	01
11	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO PAPAI NOEL ESPIÃO; (COMP: 6,50 M; ALT: 2,90 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO. - <b>PRÉDIO JORGE ABRÃO (PREFEITURA).</b>		Und	01
12	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA CONJUNTO COM A FRASE BOAS FESTAS; (ALT: 1,55 M, COMP: 2,50 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO. - <b>PRÉDIO JORGE ABRÃO (PREFEITURA).</b>		Und	01
13	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO CONJUNTO PRESÉPIO 3D, RELEITURA DO PRESÉPIO TRADICIONAL, COMPOSTO POR: 2 ANJOS COM ASAS; (ALT: 1,90 M; LARG: 1,0 M); 1 JOSÉ COM CAJADO; (ALT: 2,90 M; LARG: 0,90 M); 1 MARIA; (ALT: 2,60 M; LARG: 1,0 M); 1 MANJEDOURA COM O MENINO JESUS; (ALT: 0,60 M; LARG: 0,35 M); 1 CÚPULA (ALT: 3,50 M; LARG: 3,60		Und	01

	<p>M); FABRICADOS EM TUBO METÁLICO E BARRAS MACIÇAS DE AÇO DE 8 MM, ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS; ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO, EQUIPADO COM DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA FUGA DE CORRENTES ELÉTRICAS, ANCORADO AO SOLO ATRAVÉS DE BARRAS DE AÇO 10MM; PERÍMETRO DEMARCADO A SUA VOLTA COM MANGUEIRA DE LED NA COR AZUL.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA):</b></p>			
14	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ÁRVORE DE NATAL COM ESTRELAS – MEDINDO ENTRE: MÍNIMO: ALTURA 6,00M X 4,50M LARGURA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FORMATO CÔNICO ESPIRAL, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM TUBOS 15X15, 20X20, 20X30, FERROS CHATOS E REDONDOS 3/8 X 1/8, ESMALTE SINTÉTICO; VISUALIZAÇÃO 360º COM EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; CONTOURO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA).</b></p>		Und	01
15	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA PASSARELA DE GUARDA CHUVA ILUMINADO, CORDÃO DE LED FIXO (100 LEDS, FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO, 5W, 220V ACABAMENTO EM ADESIVOS PLÁSTICOS, E ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. (15,00MX3,00M).</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA):</b></p>		Und	01
16	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA CONJUNTO COM A FRASE FELIZ NATAL; (ALT: 0,65 M, COMP: 3,20 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE</p>			01

	<p>SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA).</b></p>		Und	
17	<p>APLICAÇÃO, LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE CORDÃO DE LED BLINDADO PARA USO INTERNO /EXTERNO 220V COM 100 LÂMPADAS BRANCO FRIO, FIO VERDE, COM 3 FIOS DE 1,5MM, LÂMPADA DE 5MM. TOMADA MACHO E FÊMEA E RETIFICADOR BLINDADO.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA).</b></p>		Und	80
18	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO SINO NATALINO: (LARG: 1,30 M, ALT: 1,30 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED – FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 5 W – 220V COM 10 FILAMENTOS – FIO 1,5 MM – 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO.</p> <p><b>-FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</b></p>		Und	02
19	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO BOLA DE NATAL PERFIL; MEDIDAS MÍNIMAS (COMP: 0,80 M; ALT: 0,70 M), COM ESTRUTURA METÁLICA E FERRO PERFILADO, COM APLICAÇÃO DE MANGUEIRAS LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. CONECTORES, ABRAÇADEIRAS. INCLUINDO FIOS DE LIGAÇÃO 2 X 1,5 MM². SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE DESINSTALAÇÃO.</p> <p><b>-FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</b></p>		Und	06
20	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ARABESCO PERFIL PERSONALIZADO; MEDIDAS MÍNIMAS (COMP: 0,60 M; ALT: 0,70 M), COM ESTRUTURA METÁLICA E FERRO PERFILADO, COM APLICAÇÃO DE MANGUEIRAS LED 12 MM X 30 LEDS POR</p>		Und	06

	<p>METRO. CONECTORES, ABRAÇADEIRAS. INCLUINDO FIOS DE LIGAÇÃO 2 X 1,5 MM<sup>2</sup>. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO.</p> <p>- FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</p>			
21	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO PORTA-RETRATO PERFIL; (ALT: 2,15 M, LARG: 1,40 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO.</p> <p>-FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</p>		Und	01
22	<p>MANUTENÇÃO DE MANGUEIRA LED 12 MM X 30 LEDS, PRAÇAS E AVENIDAS; 05 MONUMENTOS (02 BOIS, 02 TUIUIÚS, 01 MAPA); FACHADA DE MÍNIMO 24 PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO (PRAÇA DE EVENTOS JOSÉ BARBOSA COELHO, CINE TEATRO NEY MACHADO MESQUITA, POLO ACADÊMICO REGIONAL DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PORTO MURTINHO, PRÉDIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA, 2 AVENIDAS LARANJEIRAS E RIO BRANCO, SECRETARIA DE TURISMO, HOSPITAL OSCAR RAMIRES, PRAÇA DO TERERE, PRAÇA DO TUIUIU, RUA 13 MAIO, RUA PEDRO CELESTINO, RUA DR CORRÊA, PRACA SALIM CAFURI, CASA LAR, CENTRO DEMÚLTIPLAS ATIVIDADES, ORLA DO RIO, FRENTE DAS ESCOLAS CLAUDIO DE OLIVEIRA E THOMAZ LARANJEIRAS, FRENTE DOS QUATRO POSTOS DE SAÚDE DOS BAIRROS CENTRO, COHAB E SALIM CAFURI E CAACUPÊ, POSTE DA ROTATÓRIA NA ENTRADA DA CIDADE NA BR 262 E OUTROS). NAS CORES: BRANCO, BRANCO QUENTE, AZUL, VERDE, VERMELHO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO.</p> <p>- FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E</p>		M	5.000

	CANTEIROS.			
--	------------	--	--	--

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

### **3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1** Os itens deverão ser montados no Município de Porto Murtinho/MS, após a assinatura do contrato, devendo ser entregue até o dia 12/12/2025;

**3.2** A empresa contratada fica obrigada a realizar vistoria e possíveis manutenções para reparos dos danos causados pela ação do tempo e ou defeitos nas decorações até o dia 19/12/2025.

**3.3** A desmontagem dos itens do presente TERMO DE REFERÊNCIA deverá acontecer a partir do dia 20/01/2026 às 08hs00, devendo ser finalizada até as 19hs00 do dia 24/01/2026.

### **4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em decoração Natalina através de locação e Aquisição, deverá se encontrar devidamente montada e disponibilizada, após a entrega e montagem, no dia 12/12/2025 acontecerá a vistoria e se constatadas inconformidades no objeto, o mesmo deverá ser substituído, de acordo com o contratado, sem direito a ressarcimento à Vencedora/Contratada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado.

**4.2** A Contratada deverá também indicar um contato para tratativas com número de telefone e correio eletrônico para contato entre o Município e a Empresa.

**4.3** A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**4.4** Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/21.

**4.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**4.6** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 24 horas, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

**4.7** À Prefeitura de Porto Murtinho/MS reserva-se o direito de não aceitar os serviços prestados em desacordo com o objeto licitado e quantidades definidas neste termo de referência.

**4.8** A Contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos serviços fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

**4.9** Caso os serviços estejam em desacordo como os documentos do processo licitatório, o contrato poderá ser cancelado e aplicar-se-á o disposto no art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21.

**4.10** Todas as despesas relacionadas a hospedagem, alimentação, transporte, montagem/desmontagem, instalação e manutenção das decorações suportem técnico e operacional, transporte, e despesas com pessoal em geral, incluindo direitos trabalhistas e previdenciários, e ainda, tributos necessários à concretude do evento, correrão por conta da CONTRATADA.

## **5. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO**

**5.1** A licitante responsável pela proposta vencedora da licitação deverá assinar o instrumento de contrato ou documento equivalente no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de sua convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste edital;

**5.2** O prazo de vigência do contrato será 04 (quatro) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com a Lei nº 14.133/21.

## **6.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em decoração Natalina, no Município de Porto Murtinho”. Esta iniciativa abrange não apenas a celebração da cultura local, mas também busca promover o desenvolvimento econômico da região, ao atrair visitantes de diversos lugares, incluindo do país vizinho e outros municípios do estado. Além disso, o evento tem um papel crucial na congregação dos povos, proporcionando um espaço de intercâmbio cultural e social.



7.2. A empresa contratada será responsável por fornecer os serviços em decoração Natalina. Além disso, serão providenciados os serviços essenciais, como as instalações elétricas executado por profissional credenciado, visando garantir o conforto e a segurança dos espectadores.

7.3. Porto Murtinho-MS, tem um impacto significativo na projeção do município a nível nacional e internacional. Ao destacar-se como um evento cultural de destaque na região, além de contribuir e fortalecer a identidade e a reputação da cidade, de atrair investimentos e parcerias que possam impulsionar seu desenvolvimento futuro. Como principal cidade de ligação do Brasil na Rota Bioceânica, Porto Murtinho tem a oportunidade de se posicionar como um centro vital de integração e intercâmbio entre diferentes culturas e economias, consolidando sua importância estratégica no cenário regional e global.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5. De acordo com o Art. 117, da Lei 14.133, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado para esse fim, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando, o que for necessário, à regularização das faltas ou dos defeitos observados. Desse modo, será designado como fiscal para este contrato a servidora **Diana Morinigo Velázquez - CPF-032.097.531-21**, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico e, como substituto, a servidora **Julianne Izabela Contrera Torres - CPF 034.940.451 - 86**, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, do Município de Porto Murtinho/MS.



7.6. O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

## **9. DO PAGAMENTO**

a. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

b. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Porto Murtinho, e conter o número do empenho correspondente.

c. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da apresentação dos serviços executados:

d. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades dos serviços executados e solicitados na Autorização de Fornecimento.

e. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

f. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

h. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no atraso ou não recebimento.

i. As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número da licitação e do contrato a ser firmado, nº da Autorização de Fornecimento e Conta Bancária.

j. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

k. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

l. A CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à CONTRATADA.

m. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

n. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do CONTRATO o documento equivalente.

- o. Após a montagem e vistoria será realizado o pagamento de 50% do valor referente ao Contrato e o restante a após a retirada dia 24/01/2026.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**10.1** A contratação será por meio de processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico definido pela equipe técnica do setor de licitações e contratos do município, conforme disposições da Lei 14.133/2021;

## **11 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO**

**11.1** Poderão participar do processo de contratação, quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com os serviços que serão prestados e ainda, que satisfaçam as condições deste Termo de Referência;

**11.2** Apresentação de memorial descritivo dos serviços a serem realizados contendo as condições de execução dos serviços e as obrigações;

**11.3** Proposta de preços do contratado, especificando os custos.

## **12. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**12.1** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

**12.2** Cópia de documento oficial de identificação pessoal do representante apto;

**12.3** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

## **13. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**13.1** Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

**13.2** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, quando o objeto se referir a aquisição;

**13.3** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, na forma da

Lei, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o objeto se referir a serviços ou obras de engenharia;

**13.4** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**13.5** Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**14.6** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

**14.7** O cumprimento do disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021, mediante Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa:

**14.8** HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

**14.9** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

## **15. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**15.1** Apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo serviços de complexidade similar ou superior à do objeto deste edital;

**15.2** A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) responsável técnico pela montagem da infraestrutura, que esteja devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (**CREA**) ou O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (**CAU**).

## **16. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado da contratação objeto deste Termo de Referência, serão obtidos por meio da média calculada entre orçamento de empresa apta ao fornecimento, contratações similares, licitante, portal de compras públicas e histórico de preços das últimas contratação.

## **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a contratação, tem-se como principal referência, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Municipal Nº 1.855, de 04 de dezembro de 2024, (LOA), para esse exercício financeiro.

### **Unidade Orçamentária:**

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

### **Unidade Orçamentária:**

**Órgão:** 07 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico


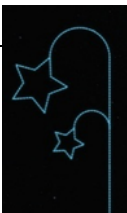
**Unidade:** 07.001 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico



**Projeto /Atividade:** 2.064 – Manutenção da Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico

**Elemento:** 3.3.90.39.00.00.00.00. -




**Código reduzido:** 125

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO – LOCAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM	UND	QTDE
1	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ARABESCO DE ANJO; (LARG: 0,90 M, ALT: 2,00 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 5 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. <b>-AVENIDA LARANJEIRA.</b>		Und	18
2	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA ANJO COM ASAS (ALT: 2,40 M, COMP: 1,50 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO. <b>-MONUMENTO NOSSA SENHORA DE CAACUPÊ.</b>		Und	02
3	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ESTRELA COM ESTROBO; (COMP: 0,30 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO. <b>- AVENIDA LARANJEIRA.</b>		Und	05
4	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ESTRELA DUPLA; (COMP: 1,00			

	<p>M; ALT: 2,60 M), COM ESTRUTURA METÁLICA E FERRO PERFILADO, COM APLICAÇÃO DE MANGUEIRAS LED. CONECTORES, ABRAÇADEIRAS. INCLUINDO FIOS DE LIGAÇÃO 2 X 1,5 MM<sup>2</sup>. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE DESINSTALAÇÃO.</p> <p><b>-RUA DR. CORREA</b></p>		Und	12
5	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ÁRVORE DE NATAL COM ESTRELAS – MEDINDO ENTRE: MÍNIMO: ALTURA 4,50M X 3,35M LARGURA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FORMATO CÔNICO ESPIRAL, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM TUBOS 15X15, 20X20, 20X30, FERROS CHATOS E REDONDOS 3/8 X 1/8, ESMALTE SINTÉTICO; VISUALIZAÇÃO 360º COM EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; CONTORNO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>ROTATÓRIA DO HOSPITAL - ROTATÓRIA DA AVENIDA LARANJEIRAS E ROTATÓRIA DA RUA 13 DE JUNHO.</b></p>		Und	02
6	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE CASA DO PAPAI NOEL DUPLA COM PASSAGEM; (5,60 M X 4,31 M X 1,50M); CASA ESTILIZADA, COM ESTRUTURA DESMONTAVEL SUPERDIMENCIONADA, FEITA EM TUBO E PERFIS METÁLICOS PROTEGIDOS COM ESMALTE SINTÉTICO; VEDAÇÃO E ACABAMENTO VISUAL TODA FEITA EM ACM (ALUMINIUM COMPOSITE MATERIAL), MATERIAL COM CARACTERÍSTICA DE SER LEVE, DURAVEL E PROPORCIONAR UMA FLEXIBILIDADE DE DESIGN, EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO, FIXADOS COM ABRAÇADEIRAS DE NYLON.</p> <p><b>-PRAÇA BERNARDO LOUBET (AVIÃO).</b></p>		Und	01

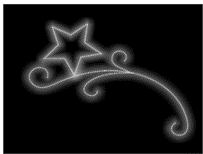
7	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA ARCO PORTAL; (ALT: 3,10 M, COMP: 1,60 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>-PRAÇA BERNARDO LOUBET (AVIÃO).</b></p>		Und	02
8	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA TAÇA G; (LARG: 1,60 M, ALT: 3,10 M) COM; FIGURA LUMINOSA CHAMPAGNE G (LARG: 0,90 M, ALT: 3,80 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 5 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO.</p> <p><b>-PRAÇA DE EVENTOS JOSÉ BARBOSA COELHO / PREFEITURINHA.</b></p>		Und	01
9	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA CONJUNTO COM A FRASE FELIZ 2026; (ALT: 0,65 M, COMP: 2,90 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>- PRAÇA DE EVENTOS JOSÉ BARBOSA COELHO / PREFEITURINHA.</b></p>		Und	01
10	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO FIGURA LUMINOSA MODELO <b>PAPAI</b> NOEL COM VIOLA (COMP: 1,90 M; ALT: 1,10 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO.</p> <p><b>- CINE TEATRO NEY MACHADO MESQUITA</b></p>		Und	01

11	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO PAPAI NOEL ESPIÃO; (COMP: 6,50 M; ALT: 2,90 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>- PRÉDIO JORGE ABRÃO (PREFEITURA).</b></p>		Und	01
12	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA CONJUNTO COM A FRASE BOAS FESTAS; (ALT: 1,55 M, COMP: 2,50 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>- PRÉDIO JORGE ABRÃO (PREFEITURA).</b></p>		Und	01
13	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO CONJUNTO PRESÉPIO 3D, RELEITURA DO PRESÉPIO TRADICIONAL, COMPOSTO POR: 2 ANJOS COM ASAS; (ALT: 1,90 M; LARG: 1,0 M); 1 JOSÉ COM CAJADO; (ALT: 2,90 M; LARG: 0,90 M); 1 MARIA; (ALT: 2,60 M; LARG: 1,0 M); 1 MANJEDOURA COM O MENINO JESUS; (ALT: 0,60 M; LARG: 0,35 M); 1 CÚPULA (ALT: 3,50 M; LARG: 3,60 M); FABRICADOS EM TUBO METÁLICO E BARRAS MACIÇAS DE AÇO DE 8 MM, ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS; ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LED'S POR METRO, EQUIPADO COM DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA FUGA DE CORRENTES ELÉTRICAS, ANCORADO AO SOLO ATRAVÉS DE BARRAS DE AÇO 10MM; PERÍMETRO DEMARCADO A SUA VOLTA COM MANGUEIRA DE LED NA COR AZUL.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA):</b></p>		Und	01



14	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ÁRVORE DE NATAL COM ESTRELAS – MEDINDO ENTRE: MÍNIMO: ALTURA 6,00M X 4,50M LARGURA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FORMATO CÔNICO ESPIRAL, EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COM TUBOS 15X15, 20X20, 20X30, FERROS CHATOS E REDONDOS 3/8 X 1/8, ESMALTE SINTÉTICO; VISUALIZAÇÃO 360º COM EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; CONTORNO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA).</b></p>		Und	01
15	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA PASSARELA DE GUARDA CHUVA ILUMINADO, CORDÃO DE LED FIXO (100 LEDS, FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO, 5W, 220V ACABAMENTO EM ADESIVOS PLÁSTICOS, E ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. (15,00MX3,00M).</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA):</b></p>		Und	01
16	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA CONJUNTO COM A FRASE FELIZ NATAL; (ALT: 0,65 M, COMP: 3,20 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM MANGUEIRA DE LED 12 MM X 36 LED'S POR METRO; EQUIPADO COM DISPOSITIVO ANTI SURTO.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA).</b></p>		Und	01
17	<p>APLICAÇÃO, LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE CORDÃO DE LED BLINDADO PARA USO INTERNO /EXTERNO 220V COM 100 LÂMPADAS BRANCO FRIO, FIO VERDE, COM 3 FIOS DE 1,5MM, LÂMPADA DE 5MM. TOMADA MACHO E FÊMEA E RETIFICADOR BLINDADO.</p> <p><b>-PRAÇA THOMAZ LARANJEIRAS (BANDEIRA).</b></p>		Und	80



18	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO SINO NATALINO: (LARG: 1,30 M, ALT: 1,30 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED – FIO VERDE OU TRANSPARENTE BLINDADO 5 W – 220V COM 10 FILAMENTOS – FIO 1,5 MM – 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO.</p> <p><b>-FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</b></p>		Und	02
19	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO BOLA DE NATAL PERFIL; MEDIDAS MÍNIMAS (COMP: 0,80 M; ALT: 0,70 M), COM ESTRUTURA METÁLICA E FERRO PERFILADO, COM APLICAÇÃO DE MANGUEIRAS LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. CONECTORES, ABRAÇADEIRAS. INCLUINDO FIOS DE LIGAÇÃO 2 X 1,5 MM<sup>2</sup>. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO DE DESINSTALAÇÃO.</p> <p><b>-FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</b></p>		Und	06
20	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO ARABESCO PERFIL PERSONALIZADO; MEDIDAS MÍNIMAS (COMP: 0,60 M; ALT: 0,70 M), COM ESTRUTURA METÁLICA E FERRO PERFILADO, COM APLICAÇÃO DE MANGUEIRAS LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO. CONECTORES, ABRAÇADEIRAS. INCLUINDO FIOS DE LIGAÇÃO 2 X 1,5 MM<sup>2</sup>. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO.</p> <p><b>- FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.</b></p>		Und	06
21	<p>LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE FIGURA LUMINOSA MODELO PORTA-RETRATO PERFIL; (ALT: 2,15 M, LARG: 1,40 M); TUBO METÁLICO, ESMALTE SINTÉTICO; EFEITOS LUMINOSOS: ACABAMENTO EM CORDÃO DE LED FIXO 100 LED - FIO VERDE OU TRANSPARENTE</p>		Und	01

	BLINDADO 7 W - 220V COM 10 FILAMENTOS -FIO 1,5 MM - 10 M; MANGUEIRA DE LED 12 MM X 30 LEDS POR METRO.  -FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.			
--	--	--	--	--

**Órgão:** 07 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico

**Unidade:** 07.001 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico

**Projeto /Atividade:** 2.064 – Manutenção da Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Desenvolvimento Econômico

**Elemento:** 3.3.90.30.00.00.00.00. -

**Código reduzido:** 120

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO - AQUISIÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM	UND	QTDE
22	MANUTENÇÃO DE MANGUEIRA LED 12 MM X 30 LEDS, PRAÇAS E AVENIDAS; 05 MONUMENTOS (02 BOIS, 02 TUIUIÚS, 01 MAPA); FACHADA DE MÍNIMO 24 PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO (PRAÇA DE EVENTOS JOSÉ BARBOSA COELHO, CINE TEATRO NEY MACHADO MESQUITA, POLO ACADÊMICO REGIONAL DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PORTO MURTINHO, PRÉDIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA, 2 AVENIDAS LARANJEIRAS E RIO BRANCO, SECRETARIA DE TURISMO, HOSPITAL OSCAR RAMIRES, PRAÇA DO TERERE, PRAÇA DO TUIUIU, RUA 13 MAIO, RUA PEDRO CELESTINO, RUA DR CORRÊA, PRACA SALIM CAFURI, CASA LAR, CENTRO DEMÚLTIPLAS ATIVIDADES, ORLA DO RIO, FRENTE DAS ESCOLAS CLAUDIO DE OLIVEIRA E THOMAZ LARANJEIRAS, FRENTE DOS QUATRO POSTOS DE SAÚDE DOS BAIRROS CENTRO, COHAB E SALIM CAFURI E CAACUPÊ, POSTE DA ROTATÓRIA NA ENTRADA DA CIDADE NA BR 262 E OUTROS). NAS CORES: BRANCO, BRANCO QUENTE, AZUL, VERDE, VERMELHO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO.  - FACHADAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, ÁRVORES, COQUEIROS E CANTEIROS.		Und	5.000

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**18.1** Fica a Contratante submetida ao cumprimento das incumbências elencadas abaixo:

- a. Emitir Ordem de Serviço/fornecimento Inicial para a contratada, para o efetivo início dos serviços;
- b. Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no edital e seus anexos, através de servidor especialmente designado. Ainda, não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada, pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas nestas especificações nem por quaisquer danos, inclusive a terceiros ou mesmo irregularidades constatadas;
- c. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da empresa contratada;
- d. Expedir, por escrito, todas as determinações e/ou comunicações dirigida a empresa contratada;
- e. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- f. Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente contratados para o respectivo evento, na forma e prazo estabelecidos no contrato;
- g. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/21;

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**19.1** Fica a empresa contratada obrigada a cumprir as determinações a seguir expostas:

- a. Executar todos os serviços de forma adequada e objetivando o melhor padrão de qualidade e confiabilidade, cabendo à contratada otimizar a gestão, de seus recursos humanos e de materiais;
- b. Fornecer os materiais e mão de obra necessários, conforme as descrições contidas neste termo de referência;
- c. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, atendendo a qualquer determinação da mesma;
- d. Divulgar informações acerca da prestação dos serviços, que envolva o nome da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, mediante sua prévia e expressa autorização, mantendo sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do respectivo órgão ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus empregados e/ou colaboradores nesse sentido, sobre a responsabilidade civil e penal, conforme o caso;

- e. Transportar, montar e alinhar todos os equipamentos através de suas equipes, devendo, para tanto, a estrutura deverá estar montada para vistoria final no dia, 12/12/2025, sem possibilidade de prorrogação;
- f. Apresentar no ato da assinatura do contrato a ART ou RRT de toda a instalação da estrutura montada e da instalação elétrica, ficando este custo, se houver, por conta da contratada;
- g. Comunicar a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Desenvolvimento Econômico, caso haja a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada;
- h. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo à execução do contrato, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua montagem e desmontagem no local de destino e segurança dos equipamentos durante e após o evento;
- i. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
- j. Responsabilizar-se pela conduta ética de seus empregados e/ou colaboradores durante a prestação dos serviços nos locais onde se realizarão as atividades, obrigando-se a substituir aqueles que se conduzirem de forma inadequada aos fins do contrato, por outros profissionais que reúnam as mesmas qualificações técnicas;
- k. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, sempre as suas expensas no todo ou em parte, o material, em que se verificarem imperfeições, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou transporte do mesmo;
- l. Responsabilizar-se pela substituição imediata e as suas expensas, mediante solicitação da Prefeitura de Porto Murtinho, do material que, apresentar vícios ou defeitos em virtude da ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia ou de qualidade inferior e em desacordo com as especificações técnicas;
- m. Responsabilizar-se, por todas as despesas, sejam elas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos seus funcionários ou com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na entrega dos materiais e montagem e desmontagem das decorações;
- n. Responsabilizar-se por toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução do contrato, que será de inteira responsabilidade da contratada e não terá qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, através da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, sendo, ainda de sua responsabilidade todos os encargos previdenciários, sociais e de qualquer natureza decorrentes da relação de trabalho;

- o. Cumprir todas as exigências do edital e seus anexos.

## **20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1** A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- VIII – Atrasar a montagem ou execução do evento;

**20.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

2º A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

3º A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta

por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

4º A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

5º A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6º A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9º A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**20.3** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**20.4** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o

licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

2º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do artigo 158 da Lei 14.133/21;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**20.5** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

**20.6** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**20.7** O Poderes Executivo deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato;

**20.8** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na



Lei 14.133/21. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.10 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **21. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

**21.1** As propostas serão julgadas com critério de “menor preço global”, consideradas as especificações e valores máximos aceitos pela Administração;

**21.2** O licitante deverá preencher em sua proposta um endereço de e-mail para o envio de Autorizações de Fornecimento e, toda Nota Fiscal deverá conter os dados bancários da empresa;

**21.3** Os licitantes que praticarem quaisquer atos previsto da Lei Federal 14.133/2021, conforme os casos ficarão sujeitos às penalidades que serão aplicadas mediante procedimento administrativo, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**21.4** Os casos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021.

Porto Murtinho/MS, 13 de outubro de 2025.

---

**Diana Morinigo Velázquez**  
-CPF 032.097.531-21-

Atenciosamente,

---

**Paulo Francisco Carvalho**  
-Secretário de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico-  
Decreto Nº 15.825/2025

**ANEXO II**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2025, QUE**  
**ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO**  
**MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A**  
**EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.107.539/0001-32, com sede na Rua Cel. Pedro Celestino, s/n, Centro, Porto Murtinho/MS, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (qualificação e cargo/função), conforme atos constitutivos ou procuração arquivada no processo, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº **XXX/2025** e em observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Contrato Administrativo**, decorrente do Pregão Eletrônico nº **XXX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada em serviços de decoração natalina**, envolvendo **locação e aquisição de itens decorativos**, com fornecimento de todos os materiais, estruturas, equipamentos, mão de obra especializada, instalação, montagem, manutenção preventiva e corretiva, operação, desmontagem e retirada, para atendimento ao Município de Porto Murtinho/MS, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2. Caracterização sintética do objeto:

**Elemento Característico:**

1.3. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito:

- a) o **Termo de Referência**;
- b) o **Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2025** e seus anexos;
- c) a **Proposta da Contratada**, inclusive planilhas e memoriais;
- d) demais documentos constantes do Processo Administrativo nº XXX/2025.

---

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de **04 (quatro) meses**, contados da data de sua assinatura, abrangendo a instalação, manutenção, exposição e desmontagem da decoração natalina, conforme prazos fixados no Termo de Referência.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada nas hipóteses e condições previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual será o de **empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os modelos de gestão e fiscalização do Contrato, bem como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, seguirão as disposições do Edital, do Termo de Referência e deste instrumento contratual.

3.3. A gestão e fiscalização do Contrato serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) pelo Contratante.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. **Não será admitida a subcontratação** total ou parcial do objeto contratual, salvo se expressamente autorizada pela Administração em situações excepcionais e nas condições previstas em lei.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como, mas não se limitando a: tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, insumos, materiais, estruturas, equipamentos, taxa de administração, frete, seguros e quaisquer outros custos.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento será efetuado conforme o fornecimento e execução dos serviços, em até **10 (dez) dias** após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, devidamente atestado pelo setor competente, desde que acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista vencíveis na contratação, previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.2. A Contratada deverá encaminhar, sempre que solicitado ou por ocasião do pagamento:

6.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;

6.2.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

6.2.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

6.3. A falta de qualquer documento de regularidade exigido pela legislação implicará na suspensão do pagamento até a completa regularização, sem incidência de encargos para a Administração.

6.4. O pagamento será efetuado de forma parcelada, observados os seguintes marcos:

a) **50% (cinquenta por cento)** – após o término da instalação e montagem de toda a decoração, devidamente atestada;

c) **50% (cinquenta por cento)** – após a conclusão integral dos serviços, inclusive desmontagem e retirada de todos os itens, com recebimento definitivo pelo Contratante.

6.5. Constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, o Contratante poderá devolvê-la para correção, considerando-se, nesse caso, como não apresentada para fins de contagem de prazo de pagamento.

6.6. Os encargos financeiros, processuais e demais despesas decorrentes de atraso imputável à Contratada não serão de responsabilidade do Contratante.

6.7. O Contratante efetuará, quando cabível, a retenção na fonte dos tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos.

6.8. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de obrigação contratual, inclusive decorrente de penalidade, devidamente comunicada.

6.9. O preço permanecerá **fixo e irreajustável durante o período inicial de vigência**, ressalvadas as hipóteses de revisão por desequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO (art. 92, V)**

7.1. Os preços são expressos em moeda corrente nacional (reais – R\$), em conformidade com a proposta vencedora e o edital.

7.2. É assegurada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, quando demonstrada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, mediante pedido formal e comprovação pela Contratada.

7.3. Os valores inicialmente contratados poderão ser **reajustados** após decorridos **12 (doze) meses**, contados da data limite para apresentação das propostas, caso haja prorrogação contratual, adotando-se como índice o **IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado)** ou outro que venha a substituí-lo.

7.4. Em caso de extinção ou impossibilidade de utilização do índice indicado, será adotado o índice que vier a ser definido em legislação específica ou, na sua falta, o que melhor reflita a variação dos custos do objeto, mediante justificativa.

7.5. O reajuste será formalizado por meio de **termo aditivo**, observando-se as exigências legais e o parecer jurídico prévio.

7.6. Em havendo redução comprovada dos preços de mercado para serviços equivalentes, a Contratada se compromete a repassar ao Contratante o mesmo percentual de redução, mediante revisão contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

a) emitir Ordem de Serviço/Fornecimento inicial para o efetivo início dos serviços;

- b) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidor(es) designado(s), não afastando ou diminuindo a responsabilidade da Contratada pelo fiel cumprimento do ajuste;
- c) prestar à Contratada as informações e esclarecimentos que forem solicitados e que sejam necessários à execução do objeto;
- d) expedir por escrito todas as determinações e comunicações à Contratada;
- e) notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades na execução, fixando prazo para correção;
- f) efetuar os pagamentos devidos na forma e prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital;
- g) aplicar, quando for o caso, as penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste instrumento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1. São obrigações da Contratada:**

- a) executar o objeto em estrita conformidade com o Edital, o Termo de Referência, a proposta apresentada e o presente Contrato;
- b) responder por todos os danos que causar ao Contratante, a seus agentes ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto;
- c) comunicar ao Contratante, de imediato, qualquer fato que possa interferir na regular execução do Contrato;
- d) manter sigilo sobre informações técnicas, operacionais e estratégicas às quais tiver acesso em razão da contratação, vedada sua divulgação sem autorização do Contratante;
- e) arcar integralmente com todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, fretes, lucros, materiais e demais custos necessários à perfeita prestação dos serviços;
- f) prestar, sempre que solicitado, esclarecimentos ao Contratante e atender prontamente às reclamações ou determinações do fiscal do Contrato;
- g) responder por qualquer ação, judicial ou administrativa, que o Contratante venha a sofrer em decorrência da execução deste Contrato, eximindo-o de responsabilidade, quando decorrente de ato da Contratada;
- h) manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) disponibilizar profissional(is) técnico(s) sempre que necessário para ajustes, correções e acompanhamento dos serviços;

j) responsabilizar-se pela mão de obra, reparos, correções, remoções e substituições de peças, materiais e componentes, quando necessários;

k) entregar **ART ou RRT** relativa à execução dos serviços, devidamente quitada, dentro do prazo estabelecido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA E MANUTENÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. A Contratada garantirá a perfeita execução e funcionamento da decoração natalina durante todo o período de exposição estabelecido no Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional ao Contratante.

10.2. A garantia contratual mínima dos serviços e da instalação da decoração natalina será de **04 (quatro) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo dos prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), quando aplicáveis.

10.3. A garantia abrange a realização de **manutenção corretiva** e substituição de itens defeituosos, falhos ou danificados, por conta exclusiva da Contratada.

10.4. Uma vez comunicada a ocorrência de falha, dano ou interrupção do funcionamento da decoração, a Contratada deverá providenciar o reparo ou substituição no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, salvo casos emergenciais em que poderá ser exigida atuação em prazo menor, conforme determinado pelo fiscal.

10.5. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da Contratada e aceitação do Contratante, desde que não comprometa a finalidade do evento.

10.6. O transporte, deslocamento de equipe, materiais e equipamentos, bem como quaisquer custos relacionados à garantia, correrão por conta exclusiva da Contratada.

10.7. A garantia contratual poderá ensejar a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após a expiração da vigência do Contrato, quando se tratar de obrigação ainda vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES (art. 92, XIV; arts. 156 a 161 da Lei 14.133/2021)**

11.1. Comete infração administrativa o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do Contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;

f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Pelas infrações relacionadas no item 11.1, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – **Advertência**, quando houver inexecução parcial ou falhas de menor gravidade, sempre que não se justificar penalidade mais severa;

II – **Impedimento de licitar e contratar**, especialmente nas hipóteses das alíneas “b”, “c” e “d” do item 11.1, quando não for cabível penalidade mais grave;

III – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nas hipóteses das alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 11.1 ou em casos de extrema gravidade;

IV – **Multa**, nos seguintes termos:

a) **Multa moratória** de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado da respectiva etapa;

11.2.1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

b) **Multa compensatória**, para as infrações previstas nas alíneas “e” a “h” do item 11.1, de 0,5% a 10% do valor total do Contrato;

c) multa compensatória, para inexecução total do Contrato (alínea “c” do item 11.1), de 0,5% a 10% do valor total do Contrato;

d) multa compensatória, para a infração da alínea “b” do item 11.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

e) multa compensatória, para a infração da alínea “d” do item 11.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

f) multa compensatória, para a infração da alínea “a” do item 11.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a proporcionalidade (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.5. Antes da aplicação de multa ou sanções restritivas (impedimento e inidoneidade), será assegurado à Contratada o direito de defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação (arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021).



11.6. Se a multa e as indenizações forem superiores ao valor eventualmente devido pelo Contratante, a diferença será descontada da garantia, se houver, ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, garantindo o contraditório e a ampla defesa, especialmente para as sanções de impedimento e inidoneidade (arts. 158 a 161 da Lei nº 14.133/2021).

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos causados ao Contratante;
- e) a existência de programa de integridade na empresa.

11.9. Os atos tipificados também como lesivos à luz da Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. Havendo abuso da personalidade jurídica para encobrir ou facilitar ilícitos ou confusão patrimonial, poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da Contratada, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

11.11. O Contratante deverá cadastrar as sanções aplicadas nos sistemas oficiais (CEIS, CNEP ou outros), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O Contrato se extinguirá automaticamente com o término de sua vigência, independentemente de terem sido integralmente cumpridas as obrigações, sem prejuízo da responsabilidade pelas pendências remanescentes.

12.2. O Contrato poderá ser extinto antes do termo final, total ou parcialmente, por qualquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por **rescisão amigável**, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando aplicável.

12.3. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da Contratada:

- a) esta ficará em mora, sujeita às sanções cabíveis;
- b) o Contratante poderá optar pela extinção do Contrato e adotar as medidas necessárias à continuidade da execução, inclusive mediante nova contratação, às expensas da Contratada, quando couber.

12.4. A alteração social, reorganização, fusão, cisão ou incorporação da Contratada não ensejará, por si só, extinção do Contrato, desde que não restrinja a capacidade de cumprimento do objeto. Em caso de substituição do CNPJ ou pessoa jurídica, será formalizado termo aditivo de alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com:

- a) balanço dos eventos contratuais cumpridos e pendentes;
- b) relação de pagamentos efetuados e devidos;
- c) apuração de indenizações, multas e demais responsabilidades.

12.6. A extinção do Contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.7. O Contrato poderá ser extinto caso se constate vínculo técnico, econômico, financeiro, trabalhista ou civil entre a Contratada e agente público vinculado à licitação, gestão ou fiscalização, nas hipóteses do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município de Porto Murtinho/MS, consignadas no orçamento vigente, em rubricas como:

Programa: \_\_\_\_\_

Ação: \_\_\_\_\_

Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_

(Conforme especificado na Nota de Empenho.)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Contratante, com observância da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como dos princípios gerais dos contratos e da Administração Pública.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

15.1. As alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. As alterações serão formalizadas por meio de **termo aditivo**, precedido de análise e aprovação jurídica, salvo nos casos de simples apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Caberá ao Contratante providenciar a divulgação deste Contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** e em seu sítio eletrônico oficial, em atenção aos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Murtinho/MS** para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em \_\_\_\_ vias de igual teor e forma.

Porto Murtinho/MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a) Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
Cargo:

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À  
Prefeitura Municipal de Porto Murtinho – MS  
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação, **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025**, acatando integralmente as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

Nome empresarial: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Inscrição Estadual (se houver): \_\_\_\_\_  
Endereço completo: \_\_\_\_\_  
Cidade/UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone/WhatsApp: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

Representante legal: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: // \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_  
Agência: \_\_\_\_\_  
Conta corrente: \_\_\_\_\_

**2. OBJETO E PREÇOS**

Apresentamos, abaixo, nossa proposta de preços para o **lote único**, em estrita conformidade com o Termo de Referência (Anexo I do Edital):

**LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE DECORAÇÃO NATALINA (LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO)**

Item	Descrição (conforme TR)	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-------------------------	-------	--------	-------------------	-------------------

01

02

03

...

**VALOR GLOBAL DO LOTE ÚNICO:**

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

### 3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara, sob as penas da lei, que:

- a) conhece e aceita, sem ressalvas, todas as condições do Edital e seus anexos;
- b) os preços ofertados incluem **todos** os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, materiais, estruturas, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, seguros, fretes, deslocamentos e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- c) os preços apresentados são firmes e irrevogáveis durante o prazo de validade da proposta, observadas as condições do Edital.

### 4. LOCAL E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto será executado nos locais indicados no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**, observando-se:

- prazo para instalação e montagem;
- período de manutenção preventiva/corretiva durante a exposição;
- prazo para desmontagem e retirada, tudo conforme definido no Edital e no Termo de Referência.

### 5. VALIDADE DA PROPOSTA

5.1. A presente proposta terá **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data da sessão pública do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025, nos termos do Edital.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**Nome do representante legal**

CPF nº \_\_\_\_\_

**Cargo/Função:** \_\_\_\_\_

**Nome da empresa:** \_\_\_\_\_

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO FINAL.**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, **Sr(a).** \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025**, e sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é enquadrada como:

( ) **MICROEMPRESA (ME)**, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda, para os fins previstos no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, que preenche os requisitos legais para usufruir do **tratamento favorecido** e do **direito de preferência**, não incidindo em quaisquer das vedações constantes dos §§4º e 9º do art. 3º da referida Lei Complementar.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local e data: \_\_\_\_\_, //\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(**representante legal da empresa**)  
CARIMBO CNPJ

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(**Contador ou Técnico Contábil**)  
Carimbo CRC

✓ Observação:

1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

Ao (a) Agente de Contratação e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

**(1) Declaramos, para os devidos fins** que a Empresa atende todas as condições de habilitação, **conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos**, ressaltando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**(2) Declaramos que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

**(3) Declaramos que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

**(4) Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18(dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (Lei Federal nº9.854/1999).**

**(5) Declaramos, para fins que até a presente data inexistem fatos impeditivos quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal.**

**(6) Declaramos, para todos os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.**

**(7) Declaramos, para todos os fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.**

**(8) Compromete - se, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado**, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, **assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória**, afim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

**(9) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos**



licitatórios, instaurados por esse Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.º (a) ....., Portador(a) do RG sob o nº ....., e CPF sob o nº ....., cuja função/cargo é .....(sócio / administrador / procurador / diretor / etc.), **responsável pela assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço.**

**(10)** Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preço** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: (DDD) .....-.....

**(11)** Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e Contratos desse Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)

CARIMBO CNPJ: